

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA DEMANDANTE:	Secretaria Municipal de Obras Serviços Públicos e Meio Ambiente e Secretaria de Saúde
-------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------

1. OBJETO E PRAZO DO CONTRATO.

1.1. Aquisição de máquinas e equipamentos conforme natureza, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Total
1	<p>RETROESCAVADEIRA, NOVA "0 KM", ANO E MODELO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2024, MOTOR A DIESEL DE 4 CILINDROS, COM POTÊNCIA MÍNIMA 96 HP (72 KW) A 2200 RPM, TORQUE MÍNIMO 420 NM A 1300 RPM. PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 7.488 KG, TRAÇÃO 4X4, TRANSMISSÃO POWERSHUTTLE TOTALMENTE SINCRONIZADA 4 VELOCIDADES À FRENTE E 4 VELOCIDADES À RÉ, CABINE FECHADA COM AR-CONDICIONADO, FREIOS A DISCOS BANHADOS A ÓLEO, CAPACIDADE MÍNIMA DA CAÇAMBA CARREAGADEIRA COROADA 1,0 M³, COM PROFUNDIDADE DE ESCAVAÇÃO MÍNIMA DE 4.507,7 MM, PNEUS NOVOS, TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM NO MÍNIMO 163 L, FARÓIS DIANTEIROS E TRASEIROS.</p> <p>GARANTIA: GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES PARA O EQUIPAMENTO SEM LIMITE DE HORAS TRABALHADAS E GARANTIA DO MOTOR E TRANSMISSÃO DE 02 (DOIS) ANOS OU 3000 (TRÊS MIL) HORAS, O EQUIPAMENTO DEVE TER GARANTIA DE PEÇAS ORIGINAIS, CONSECIONARIA NA BAHIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM TODO O PAÍS, ONDE A MESMA DEVERÁ SER PRESTADA EM ATÉ 72(SETENTA E DUAS) HORAS APÓS O ACIONAMENTO DA EMPRESA, ONDE TODOS OS CUSTOS DE PESSOAL E MATERIAL RELATIVOS À EXECUÇÃO DESTES SERVIÇOS DEVERÁ OCORRER POR CONTA DA CONTRATADA,</p> <p>ENTREGA TÉCNICA: ENTREGA TÉCNICA COM TREINAMENTO OPERACIONAL, MÍNIMO POR 05 CINCO HORAS, CONFORME NORMA NR 12. CERTIFICADO DO TREINAMENTO TÉCNICO AOS PARTICIPANTES.</p> <p>PROTEÇÃO AMBIENTAL: O EQUIPAMENTO DEVE ATENDER A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL, EM ESPECIAL, O PRONCOVE (POGRAMA DE CONTROLE DA POLUIÇÃO DO AR POR VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA MAQUINAS AGRICOLAS E RODOCIARIAS), CONFORME RESOLUÇÃO NO 433, DE 13 DE JULHO DE 2011, A QUAL ESTABELECEU EM SEU ART.4º, § 2º:A PARTIR DE 1ºDE JANEIRO DE 2017, TODOS OS MOTORES DESTINADOS AS MÁQUINAS RODOVIÁRIAS EM PRODUÇÃO OU IMPORTADAS, PARA TODAS</p>	UN	2	508.333,33	1.016.666,66

	AS FAIXAS DE POTÊNCIA, DEVEM ATENDER AOS LIMITES DA FASE MAR-1;				
2	<p>MINICARREGADEIRA, NOVA "0 KM", ANO E MODELO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2024, MOTOR A DIESEL DE 4 CILINDROS, POTÊNCIA BRUTA MÍNIMA DE 60 hp (44,7 kW), TORQUE MÍNIMO 171 Nm (17,4 kgf.m) A 1.800 RPM, PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 2.980 KG, FREIO DE ESTACIONAMENTO APLICADO POR MOLA, LIBERAÇÃO HIDRÁULICA DO DISCO, CABINE FECHADA COM AR-CONDICIONADO, TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM NO MÍNIMO 75,7 L.</p> <p>GARANTIA: GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES PARA O EQUIPAMENTO SEM LIMITE DE HORAS TRABALHADAS E GARANTIA DO MOTOR E TRANSMISSÃO DE 02 (DOIS) ANOS OU 3000 (TRÊS MIL) HORAS, O EQUIPAMENTO DEVE TER GARANTIA DE PEÇAS ORIGINAIS, CONSECIONARIA NA BAHIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM TODO O PAÍS, ONDE A MESMA DEVERÁ SER PRESTADA EM ATÉ 72(SETENTA E DUAS) HORAS APÓS O ACIONAMENTO DA EMPRESA, ONDE TODOS OS CUSTOS DE PESSOAL E MATERIAL RELATIVOS À EXECUÇÃO DESTES SERVIÇOS DEVERÁ OCORRER POR CONTA DA CONTRATADA.</p> <p>ENTREGA TÉCNICA: ENTREGA TÉCNICA COM TREINAMENTO OPERACIONAL, MÍNIMO POR 05 CINCO HORAS, CONFORME NORMA NR 12. CERTIFICADO DO TREINAMENTO TÉCNICO AOS PARTICIPANTES.</p> <p>PROTEÇÃO AMBIENTAL: O EQUIPAMENTO DEVE ATENDER A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL, EM ESPECIAL, O PRONCOVE (PROGRAMA DE CONTROLE DA POLUIÇÃO DO AR POR VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA MÁQUINAS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIAS), CONFORME RESOLUÇÃO NO 433, DE 13 DE JULHO DE 2011, A QUAL ESTABELECEU EM SEU ART.4º, § 2º: A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2017, TODOS OS MOTORES DESTINADOS AS MÁQUINAS RODOVIÁRIAS EM PRODUÇÃO OU IMPORTADAS, PARA TODAS AS FAIXAS DE POTÊNCIA, DEVEM ATENDER AOS LIMITES DA FASE MAR-1;</p>	UN	2	369.333,33	738.666,66
3	<p>TRATOR DE ESTEIRAS, NOVA "0 KM", ANO E MODELO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2024, COM POTÊNCIA BRUTA MÍNIMA DE 232 HP (173 KW) A 2.200 RPM, POTÊNCIA LÍQUIDA MÍNIMA DE 214 HP (160 KW) A 2.200 RPM, TORQUE BRUTO MÍNIMO DE 1.082 NM A 1.500 RPM. CILINDRADA 6,7 L (6.700 CM³) COM SEIS CILINDROS, COMBUSTÍVEL DIESEL, TRANSMISSÃO CAMINHO DUPLO COM CONTROLE HIDROSTÁTICO, PESO OPERACIONAL DE 22.492 KG, FORÇA DE TRAÇÃO MÍNIMA DE 360 KN (36.709 KGF), SAPATA DE 610 MM; LAMINA: LARGURA 200 MM, ESPESSURA 20 MM, QUANT: 2 COMPRIMENTO 777,8 MM E QUANT 1 1062,8 MM QUANT 1, LÂMINA COM AJUSTE MANUAL DE INCLINAÇÃO DE 55° A 60°, ÁREA DA ESTEIRA NO SOLO 3,99 M², RIPPER DE TRÊS DENTES COM DUAS POSIÇÕES COM PENETRAÇÃO MÍNIMA DE 438 MM, CABINE FECHADA COM AR-CONDICIONADO,</p>	UN	1	1.957.333,33	1.957.333,33

	<p>JOYSTICK ÚNICO PARA VELOCIDADE E DIREÇÃO, TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM NO MÍNIMO 405 L.</p> <p>GARANTIA: GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES PARA O EQUIPAMENTO SEM LIMITE DE HORAS TRABALHADAS E GARANTIA DO MOTOR E TRANSMISSÃO DE 02 (DOIS) ANOS OU 3000 (TRÊS MIL) HORAS, O EQUIPAMENTO DEVE TER GARANTIA DE PEÇAS ORIGINAIS, CONSECIONARIA NA BAHIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM TODO O PAÍS, ONDE A MESMA DEVERÁ SER PRESTADA EM ATÉ 72(SETENTA E DUAS) HORAS APÓS O ACIONAMENO DA EMPRESA, ONDE TODOS OS CUSTOS DE PESSOAL E MATERIAL RELATIVOS À EXECUÇÃO DESTES SERVIÇOS DEVERÁ OCORRER POR CONTA DA CONTRATADA.</p> <p>ENTREGA TÉCNICA: ENTREGA TÉCNICA COM TREINAMENTO OPERACIONAL, MÍNIMO POR 05 CINCO HORAS, CONFORME NORMA NR 12. CERTIFICADO DO TREINAMENTO TÉCNICO AOS PARTICIPANTES.</p> <p>PROTEÇÃO AMBIENTAL: O EQUIPAMENTO DEVE ATENDER A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL, EM ESPECIAL, O PRONCOVE (POGRAMA DE CONTROLE DA POLUIÇÃO DO AR POR VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA MAQUINAS AGRICOLAS E RODOCIARIAS), CONFORME RESOLUÇÃO NO 433, DE 13 DE JULHO DE 2011, A QUAL ESTABELECEU EM SEU ART.4º, § 2º:A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2017, TODOS OS MOTORES DESTINADOS AS MÁQUINAS RODOVIÁRIAS EM PRODUÇÃO OU IMPORTADAS, PARA TODAS AS FAIXAS DE POTÊNCIA, DEVEM ATENDER AOS LIMITES DA FASE MAR-1;</p>				
4	<p>MOTONIVELADORA, NOVA “0 KM”, ANO E MODELO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2024, MOTOR A DIESEL DE 6 CILINDROS TURBOALIMENTADO, POTÊNCIA BRUTA MÍNIMA 193 HP (144KW) A 2.200 RPM, TORQUE MÍNIMO 930 NM A 1.500 RPM, TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM NO MÍNIMO 360 L, PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 16.936 KG, CABINE FECHADA,AR-CONDICIONADO, CONSOLE DO OPERADOR AJUSTÁVEL, ACELERADOR DE PEDAL, ACELERADOR MANUAL, MÍNIMO DE 6 VELOCIDADES À FRENTE E 3 VELOCIDADES À RÉ, TROCA DE MARCHAS AUTOMÁTICA; LÂMINA COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 3.962 X 671 X 22 MM – (13’), SISTEMA HIDRÁULICO COM SENSOR DE CARGA, CENTRO FECHADO E VÁLVULA DE CONTROLE DE 9 SEÇÕES. COM FREIOS DE SERVIÇO MULTIDISCO. OS FREIOS DE ESTACIONAMENTO A DISCO É APLICADO POR MOLA E LIBERADO HIDRAULICAMENTE. PNEUS NOVOS. EIXOS: DIFERENCIAL CONVENCIONAL COM FREIO NAS QUATRO RODAS E BLOQUEIO DO DIFERENCIAL COM ACIONAMENTO ELETRO-HIDRÁULICO (EIXO TRASEIRO). DIREÇÃO HIDROSTÁTICA. IMPLEMENTO TRASEIRO: RIPPER COM NO MÍNIMO 5 DENTES PEQUENOS - 795 KG COM LARGURA DE CORTE MÍNIMA DE 2.195 MM. IMPLEMENTO DIANTEIRO: CONTRAPESO DIANTEIRO COM NO MÍNIMO - 492 KG.</p> <p>GARANTIA:</p>	UM	2	1.525.000,00	3.050.000,00

	<p>GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES PARA O EQUIPAMENTO SEM LIMITE DE HORAS TRABALHADAS E GARANTIA DO MOTOR E TRANSMISSÃO DE 02 (DOIS) ANOS OU 3000 (TRÊS MIL) HORAS, O EQUIPAMENTO DEVE TER GARANTIA DE PEÇAS ORIGINAIS, CONSECIONARIA NA BAHIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM TODO O PAÍS, ONDE A MESMA DEVERÁ SER PRESTADA EM ATÉ 72(SETENTA E DUAS) HORAS APÓS O ACIONAMENO DA EMPRESA, ONDE TODOS OS CUSTOS DE PESSOAL E MATERIAL RELATIVOS À EXECUÇÃO DESTES SERVIÇOS DEVERÁ OCORRER POR CONTA DA CONTRATADA.</p> <p>ENTREGA TÉCNICA: ENTREGA TÉCNICA COM TREINAMENTO OPERACIONAL, MÍNIMO POR 05 CINCO HORAS, CONFORME NORMA NR 12. CERTIFICADO DO TREINAMENTO TÉCNICO AOS PARTICIPANTES.</p> <p>PROTEÇÃO AMBIENTAL: O EQUIPAMENTO DEVE ATENDER A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL, EM ESPECIAL, O PRONCOVE (POGRAMA DE CONTROLE DA POLUIÇÃO DO AR POR VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA MAQUINAS AGRICOLAS E RODOCIARIAS), CONFORME RESOLUÇÃO NO 433, DE 13 DE JULHO DE 2011, A QUAL ESTABELECEU EM SEU ART.4º, § 2º:A PARTIR DE 1ºDE JANEIRO DE 2017, TODOS OS MOTORES DESTINADOS AS MÁQUINAS RODOVIÁRIAS EM PRODUÇÃO OU IMPORTADAS, PARA TODAS AS FAIXAS DE POTÊNCIA, DEVEM ATENDER AOS LIMITES DA FASE MAR-1;</p>				
5	<p>PICADOR E TRITURADOR NOVO ZERO, APLICAÇÃO NO PROCESSAMENTO RESÍDUOS URBANOS E FLORESTAIS DIVERSOS, SENDO GALHOS, PODAS, TRONCOS, ARBUSTOS E FOLHAS DE ÁRVORES, SENDO ACUMULADOS EM PERÍMETRO URBANO. CAPACIDADE DE CORTE MÍNIMA DE 10" OU 25CM DE DIÂMETRO. ABERTURA RETANGULAR DA CAIXA DE CORTE DE NO MÍNIMO 250 X 355 MM. CAPACIDADE DE PRODUÇÃO MINIMA DE 12 DOZE METROS CÚBICOS POR HORA, EQUIVALÊNCIA MÉDIA DE 10 CAMINHÕES DE MATERIAIS PARA 01 CAMINHÃO DE MATERIAL TRITURADO. SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO ELETRO-HIDRÁULICO, MÍNIMO DE 01 UM ROLO PUXADOR, COM POSIÇÃO HORIZONTAL, MINIMO 12 DOZE GARRAS LÂMINAS DE TRAÇÃO. MINIMO 01 UMA VÁLVULA DE FLUXO DE VELOCIDADE AO ROLO TRAÇÃO. MÍNIMO UMA BARRA OU TRAVE DE ACIONAMENTO E SEGURANÇA EM VOLTO A CALHA ALIMENTADORA, COM NO MÍNIMO 04 QUATRO POSIÇÕES DE ACIONAMENTO COM RETARDO, SENDO POSIÇÕES DE REVERSO, AVANÇO, PARADA E REVERSO PARA POSSIBILITAR O OPERADOR A EFETUAR AS REVERSÕES NECESSÁRIAS DO ROLO ALIMENTADOR INSTANTANEAMENTE. MINIMO 01 UMA BANDEJA DE ALIMENTAÇÃO DOBRÁVEL PARA TRANSPORTE E OPERAÇÃO, MINIMO DUAS ABAS LATERAIS DE PROTEÇÃO, MINIMO 01 UMA TRAVA DE FECHO RÁPIDO. BARRA HORIZONTAL DE SEGURANÇA, COM ACIONAMENTO DE PULSO, CORTINA DE PROTEÇÃO DE NO MÍNIMO 02 DUPLAS CAMADA E PROTEÇÃO TOTAL EM ACRÍLICO. MINIMO 02 DOIS BOTÕES DE EMERGÊNCIAS COM RETENÇÃO E MINIMO 01 UMA LUZ DE ADVERTÊNCIA ACOPLADOS NA PARTE FRONTAL SUPERIOR A CALHA DE</p>	UN	1	271.403,33	271.403,33

ALIMENTADORA. MINIMOS 01 DOIS BOTÕES DE RESETE POR PULSO, ACOPLADOS NAS PARTES LATERAIS SUPERIORES A CALHA DE ALIMENTADORA. MESA E CALHA DE ALIMENTAÇÃO, COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE OPERAÇÃO DE 1.700 MM DE COMPRIMENTO X 1.160MM DE LARGURA E 780 MM DE ALTURA, CONFORMIDADE COM A NORMA DE SEGURANÇA NR12. MOTOR DE ACIONAMENTO A COMBUSTÍVEL DIESEL, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 59HP, MINIMO UMA TURBINA, CABINE DE PROTEÇÃO COM CHAPA METÁLICA, COM MINIMO 02 DOIS PORTAS DE INSPEÇÃO AO MOTOR, MÍNIMO 04 CILINDROS DE ACIONAMENTO, SISTEMA DE PARTIDA ELÉTRICA, SISTEMA ARREFECIMENTO DO MOTOR A AR E ÓLEO, TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE NO MÍNIMO 70 LITROS. MINIMO 01 UMA BATERIA DE 70 AMPERES. MINIMO 01 UM PAINEL DE INSTRUMENTOS DIGITAL PARA MONITORAMENTO E CONTROLE CONJUNTO TRITURADOR E MOTOR, COM MINIMO INDICAÇÕES DE TEMPERATURA DO MOTOR DIESEL, TEMPERATURA DE ÁGUA, TENSÃO DA BATERIA, HORAS DE TRABALHO, RPM SISTEMA DE CORTE, INDICAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO ROLO TRACIONADOR, NIVEL DE COMBUSTÍVEL, AJUSTE DE PROGRAMAÇÃO DO CONTROLE DE RPM EM RELAÇÃO AO ROLO ALIMENTADOR COM SISTEMA DE REVERSÃO AUTOMÁTICO, INCLUINDO MINIMO UM 01 BOTÃO DE EMERGÊNCIA, MINIMO 01 ACELERADOR MANUAL POR ALAVANCA, MINIMO 01 UMA CHAVE GERAL E MINIMO CHAVE DE PARTIDA LIGA DESLIGA. SISTEMA DE CONTROLE PARA ROLO DE ALIMENTAÇÃO AUTOMÁTICO ELETRÔNICO, PARA GERENCIAR AUTOMATICAMENTE O ÍNDICE DE ROTAÇÕES DO MOTOR DIESEL EM RELAÇÃO AO SISTEMA DE CORTE, INCLUINDO O SISTEMA DE REVERSÃO AUTOMÁTICO. NÍVEIS DE RUÍDOS DE ACORDO COM AS NORMAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS. SISTEMA DE CORTE COM NO MÍNIMO UM DISCO ROTOR, SENDO BALANCEADO DINAMICAMENTE, ROTAÇÃO DE TRABALHO MEDIO 1450 RPM, COM NO MÍNIMO DUAS FACAS/LÂMINAS EM AÇO ESPECIAL, DE DUPLO FIO E REAFIÁVEIS. MÍNIMO DUAS CONTRA FACAS/LÂMINAS REGULÁVEIS. SISTEMA DE ACIONAMENTO DO SISTEMA DE CORTE COM ENGATE INDEPENDENTE ATRAVES DE ALAVANCA, COM CORREIA TENCIONADA. BICA/DUTO DE DESCARGA COM ALTURA MÍNIMA DE 2,60CM, GIRATÓRIO COM NO MÍNIMO 290°, TRAVE PARA TRANSPORTE E OPERAÇÃO, COM DEFLETOR AJUSTÁVEL NA EXTREMIDADE, COM SOPRADOR INTEGRADO, DIRECIONANDO COM PRECISÃO OS CAVACOS JÁ TRITURADOS PARA DENTRO DA CAÇAMBA DO CAMINHÃO OU DE OUTRO PONTO DETERMINADO. CHASSI TRAILLER REBOCÁVEL E RODOVIÁRIO, ESTANDO ADEQUADO COMO MECANISMO OPERACIONAL E CERTIFICADO MÍNIMO AOS ÓRGÃOS DENATRAN E INMETRO, COM CERTIFICADO DE ADEQUAÇÃO À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO (CAT) DO EQUIPAMENTO OFERTADO (ART. 30, IV), PARA PERMITIR O EMPLACAMENTO EM ACORDO COM AS NORMAS NACIONAIS E VIGENTES DE TRÂNSITO. MÍNIMO 01 UM ENGATE FRONTAL ESFÉRICO DE 50MM DE DIÂMETRO, SENDO ATÉ 01 UM EIXO, COM SUSPENSÃO SOBRE FEIXES DE MOLAS OU EIXOS DE TORÇÃO, SENDO ATÉ DUAS 02 RODAS/PNEUS ARO DE 15", MINIMO 01 UMA ALAVANCA PARA ACIONAMENTO DE FREIO ESTACIONÁRIO, MINIMO DOIS PARA-LAMAS METÁLICOS,

	<p>MINIMO 01 SISTEMA DE FREIOS AUTOMÁTICOS POR GRAVIDADE, MINIMO 01 UM PÉ MECÂNICO DE APOIO AJUSTÁVEL FRONTAL, KIT COMPLETO DE SINALIZAÇÃO E LANTERNAS EM LED 12 OU 24VCC. PESO CONJUNTO MÍNIMO 1.800 QUILOS. MINIMO 01 DISPOSITIVO DE AFIAÇÃO DE FACAS LÂMINAS, COM MOTOR ELETRICO. MÍNIMO 01 UM JOGO DE FACAS, SOBRESSAIENTES, DUPLA FACE DE CORTE. GARANTIA DE 12 (DOZE) MESES (01 ANO) OU 1.000 HORAS OPERAÇÕES. MANUAL IMPRESSO DE FÁBRICA, MINIMO 01 UM, SENDO COM PARTES, PEÇAS REPOSIÇÃO, MANUTENÇÕES, COM LAUDO COM ADEQUAÇÕES A NORMA NR 12 E ART DO ENGENHEIRO RESPONSÁVEL. GARANTIA DE PEÇAS ORIGINAIS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM TODO TERRITÓRIO BRASILEIRO. ENTREGA TÉCNICA COM TREINAMENTO OPERACIONAL, MINIMO POR 05 CINCO HORAS, CONFORME NORMA NR 12. CERTIFICADO DO TREINAMENTO TÉCNICO AOS PARTICIPANTES.</p>				
6	<p>IMPLEMENTO PARA MINICARREGADEIRA, VASSOURA DE NO MÍNIMO 1,83M (72") DE LARGURA DE TRABALHO, VOLUME DA CAÇAMBA COM NO MÍNIMO 475 L (16.8FT³), PRESSÃO DE NO MÍNIMO 241 BAR (3500 PSI) COM KIT DISPERSOR DE ÁGUA COM TANQUE DE NO MÍNIMO 95L E KIT DE VASSOURA LATERAL PARA SARGETA COM CERDAS DE AÇO E POLIPROPILENO.</p> <p>GARANTIA: GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES PARA O EQUIPAMENTO SEM LIMITE DE HORAS TRABALHADAS, O EQUIPAMENTO DEVE TER GARANTIA DE PEÇAS ORIGINAIS, CONCESSIONÁRIA NA BAHIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM TODO O PAÍS, ONDE A MESMA DEVERÁ SER PRESTADA EM ATÉ 72(SETENTA E DUAS) HORAS APÓS O ACIONAMENO DA EMPRESA, ONDE TODOS OS CUSTOS DE PESSOAL E MATERIAL RELATIVOS À EXECUÇÃO DESTES SERVIÇOS DEVERÁ OCORRER POR CONTA DA CONTRATADA.</p> <p>ENTREGA TÉCNICA: ENTREGA TÉCNICA COM TREINAMENTO OPERACIONAL, MÍNIMO POR 05 CINCO HORAS, CONFORME NORMA NR 12. CERTIFICADO DO TREINAMENTO TÉCNICO AOS PARTICIPANTES.</p>	UN	1	42.500,00	42.500,00
7	<p>IMPLEMENTO PARA MINICARREGADEIRA, ROLO LISO DE NO MÍNIMO 1,83M (72") DE LARGURA, DIÂMETRO MÍNIMO DE 0,61 M (24"), VELOCIDADE DE VIBRAÇÃO MÍNIMA DE 2600VPM, VAZÃO MÍNIMA DE 95 LPM (25GPM) E PESO DE VIBRAÇÃO MÍNIMO DE 540KG (1190LBS).</p> <p>GARANTIA: GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES PARA O EQUIPAMENTO SEM LIMITE DE HORAS TRABALHADAS, O EQUIPAMENTO DEVE TER GARANTIA DE PEÇAS ORIGINAIS, CONCESSIONÁRIA NA BAHIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM TODO O PAÍS, ONDE A MESMA DEVERÁ SER PRESTADA EM ATÉ 72(SETENTA E DUAS) HORAS APÓS O ACIONAMENO DA EMPRESA, ONDE TODOS OS CUSTOS DE PESSOAL E MATERIAL RELATIVOS À EXECUÇÃO DESTES SERVIÇOS DEVERÁ OCORRER POR CONTA DA CONTRATADA.</p>	UN	1	89.000,00	89.000,00

	ENTREGA TÉCNICA: ENTREGA TÉCNICA COM TREINAMENTO OPERACIONAL, MÍNIMO POR 05 CINCO HORAS, CONFORME NORMA NR 12. CERTIFICADO DO TREINAMENTO TÉCNICO AOS PARTICIPANTES.				
8	AMBULÂNCIA DE SUPORTE AVANÇADO - TIPO D. VEÍCULO TIPO FURGÃO COM CARROCERIA EM AÇO E ORIGINAL DE FÁBRICA, ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA PADRÃO SAMU 192, DE TETO ALTO, ZERO KM, COM CAPACIDADE VOLUMÉTRICA NÃO INFERIOR A 10 METROS CÚBICOS NO TOTAL, COM PORTA LATERAL DESLIZANTES E PORTAS TRASEIRAS. MOTORIZAÇÃO MÍNIMA: MOTORDIANTEIRO; 4 CILINDROS; TURBO COM INTERCOOLER, COMBUSTÍVEL DIESEL; 2023 POTÊNCIA DE PELO MENOS 100 cv, TORQUE MÍNIMO DE 24 kgfm ³ ; CILINDRADA MÍNIMA = 2.000 cm ³ ; SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO = INJEÇÃO ELETRÔNICA; CAPACIDADE MÍNIMA = 70 L. FREIOS E SUSPENSÃO: CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO. TRANSMISSÃO: MÍNIMO 5 MARCHAS À FRENTE E UMA MARCHA RÉ. DEMAIS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO CONTAN, CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO EM CONFORMIDADE COM O PROCONVE. ESTRUTURA: CABINE E CARROÇARIA SERÃO AS ORIGINAIS DO VEÍCULO, CONSTRUÍDAS EM AÇO. ALTURA INTERNA MÍNIMA DE 1.800 mm NO SALÃO DE ATENDIMENTO (COMPARTIMENTO DE CARGA) COM CAPACIDADE VOLUMÉTRICA NÃO INFERIOR A 10 METROS CÚBICOS NO TOTAL, SERVIDO COM DUAS PORTAS TRASEIRAS COM ABERTURA HORIZONTAL MÍNIMA EM DUAS POSIÇÕES (DE 90 E 180 GRAUS E 270 GRAUS), TENDO COMO ALTURA MÍNIMA 1.650 mm, COM DISPOSITIVO AUTOMÁTICO PARA MANTÊ-LAS ABERTAS, IMPEDINDO SEU FECHAMENTO ESPONTÂNEO NO CASO DO VEÍCULO ESTACIONAR EM DESNÍVEL, COR: PREFERENCIALMENTE BRANCO SOLIDO, IMPLACAMENTO INCLUSO E PRAZO DE GARANTIA DE ACORDO COM O OFERTADOR PELO FABRICANTE, NÃO PODENDO SER INFERIOR A 12 MESES.	UN	2	405.333,33	810.666,66
Total Geral					7.976.236,64

- 1.2. Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, constam dos autos do processo administrativo.
- 1.3. O prazo de vigência dos contratos será de até 12 meses contados da assinatura ou retirada, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021. Podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.4. A empresa vencedora deverá apresentar a Declaração/Atestado Concessionário Autorizado.
- 1.5. Os itens devem ter garantia de peças originais e assistência técnica em toda Bahia;
- 1.6. Entrega técnica com treinamento operacional, mínimo por 05 cinco horas, conforme norma NR 12. Certificado do treinamento técnico aos participantes.

2. CLASSIFICAÇÃO COMO BEM COMUM

2.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do artigo 6º, inciso XLI da Lei nº 14.133/2021 e da vez que é possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto e descritos de forma objetiva no instrumento convocatório, não acarretando prejuízos à qualidade dos bens e, tampouco, ao interesse público.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

No tocante da necessidade da contratação, a Prefeitura de Santo Estêvão-BA, através da Secretaria de Administração, tem como demanda a aquisição de ambulância, máquinas e equipamentos em função da necessidade de manter a trafegabilidade e limpeza das vias.

A aquisição de máquinas e equipamentos justifica-se pela necessidade de manter a trafegabilidade das estradas vicinais através da regularização de base (patrolamento) e do cascalhamento, além da limpeza das vias urbanas por meio da varrição.

A aquisição de ambulância tipo D, justifica-se para melhor atender com qualidade o atendimento da população com intuito de salvar vidas e garantir que a comunidade receba os cuidados médicos necessários em momentos crítico.

Ademais, cumpre salientar que na presente data não há ata ou contrato vigente que contemple os itens demandados pelas secretarias. Desse modo, para dar continuidade nas atribuições inerentes à administração pública para que ocorra o bom funcionamento dos serviços essenciais ao desenvolvimento desta gestão, é necessário mapear a necessidade de contratação da aquisição de máquinas e equipamentos para fins de melhor destinação aos recursos públicos.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 4.1.** Os contratados deverão fornecer no local indicado no termo de referência mediante solicitação;
- 4.2.** Os produtos devem ser compatíveis com as especificações constantes neste ETP e no Termo de Referência;
- 4.3.** A entrega será realizada com a apresentação dos produtos e da nota fiscal que deverá ser recebida pelo fiscal do contrato para averiguação da conformidade dos produtos;
- 4.4.** Os itens de devem ter ano e modelo de fabricação não inferior ao ano vigente, sendo novo (sem uso);
- 4.5.** Os itens não serão recebidos caso não estejam em perfeito estado para uso;
- 4.6.** Os itens devem ter garantia de peças originais e assistência técnica em todo território brasileiro;
- 4.7.** Entrega técnica com treinamento operacional, mínimo por 05 cinco horas, conforme norma NR 12. Certificado do treinamento técnico aos participantes.
- 4.8.** Os veículos já devem vir com emplacamento e licenciamento.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

- 5.1.** Declaração/Atestado Concessionário Autorizado.
- 5.2.** Possuir assistência técnica em todo território brasileiro.
- 5.3.** Entrega técnica com treinamento operacional, mínimo por 05 cinco horas, conforme norma NR 12. Certificado do treinamento técnico aos participantes.

6. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 6.1.** O prazo de entrega dos bens é de 15 dias, contados da ordem de fornecimento, de forma parcelada conforme solicitação da Administração, com possibilidade de prorrogação por igual período.
- 6.2.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 dias uteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvas situações de caso fortuito e força maior.
- 6.3.** A entrega dos bens será realizada no seguinte endereço:

6.3.1.1. Nas demandas da Secretaria de Obras, Serviços Públicos e Meio Ambiente e Secretaria de Saúde o endereço de entrega será na Avenida Passos Ferreira, Centro, N° 333, Município de Santo Estêvão-BA.

6.4. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

6.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 05 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.7. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

A Dotação orçamentária que correrá tal despesa é:

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Meio Ambiente (SEOBS)

Projeto Atividade: 1085 – Aquisição e Renovação de Frota

Fonte: 1754

Elemento Despesa: 44905200 – Equipamentos e Material Permanente

Órgão: 07 – Secretaria de Saúde (SESAU)

Projeto Atividade: 1043 - Aquisição e Renovação de Frota

Fonte: 5001002

Elemento Despesa: 449052 - Equipamentos e Material Permanente

8. ESTIMATIVA DOS PREÇOS REFERENCIAIS:

8.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 7.976.236,64 (Sete milhões, novecentos e setenta e seis mil, duzentos e trinta e seis reais e sessenta e quatro centavos) .

9. DA SUBCONTRATAÇÃO.

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10.DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11.DO MODELO DE GESTÃO DO OBJETO E DO CONTRATO.

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

- 11.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 11.5.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 11.6.** O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.
- 11.7.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
 - 11.7.1.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º.
 - 11.7.2.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
 - 11.7.3.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
 - 11.7.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
 - 11.7.5.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 11.8.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
 - 11.8.1.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 11.9.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
 - 11.9.1.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
 - 11.9.2.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
 - 11.9.3.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
 - 11.9.4.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 11.10.** O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 11.11.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

12. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 12.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com sistema de registro de preços, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Exigências de habilitação

- 12.2.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

12.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

12.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

12.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.3.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

12.3.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.3.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

12.3.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

12.3.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

12.4. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

12.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

12.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.4.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.4.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.4.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

12.4.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

12.4.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

12.4.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

12.5. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

12.5.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

12.5.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

12.5.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

12.5.3.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538/2015);

12.5.3.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

12.5.3.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

12.5.3.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

12.5.4. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{array}{ll}
 1. \quad LG = & \frac{2. \quad \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{3. \quad \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 4. \quad SG = & \frac{5. \quad \text{Ativo Total}}{6. \quad \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 7. \quad LC = & \frac{8. \quad \text{Ativo Circulante}}{9. \quad \text{Passivo Circulante}} \\
 & 10.
 \end{array}$$

12.5.5. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a

Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

12.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

12.6.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.

13. DO PAGAMENTO.

13.4. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização das entregas.

13.5. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

13.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.

13.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

13.10. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

13.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

13.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

13.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

13.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

13.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.15.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14. DO REAJUSTE.

14.4. Os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice IPCA, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

14.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.6. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

14.7. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.8. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.10. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO

16.1. O futuro contrato poderá ser rescindido, a critério da Contratante, nas hipóteses de inadimplemento parcial ou total de quaisquer obrigações contidas neste termo de referência, nos termos do art. 137 da Lei Federal 14.133/2021, desde que efetivamente reste comprovado prejuízo à finalidade pública pretendida com a contratação;

16.2. Cabe à parte prejudicada ou interessada a comprovação do efetivo prejuízo que justifique a rescisão contratual, caso ocorra quaisquer dos motivos indicados na legislação;

16.3. A rescisão contratual será processada nos autos de processo de gestão, sempre se garantindo o contraditório e a ampla defesa;

16.4. Na ocorrência de rescisão contratual, ficam assegurados os direitos da Administração contidos na legislação, sem prejuízo de quaisquer outros previstos pela legislação

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

- a. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- b. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- d. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e. Apresentar declaração ou documentação falsa;
- f. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

17.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

b) Multa nos seguintes percentuais:

- a. 0,5% a 05% em caso de infração administrativa sem prejuízos à Administração;
- b. 06% a 10% em caso de infração administrativa com prejuízos à Administração;
- c. 11% a 20% em casos de infração administrativa com graves prejuízos à Administração;
- d. 21% a 30% em caso de infrações administrativas passíveis de punição com declaração de inidoneidade.

c) Impedimento de licitar e contratar;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

17.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

17.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor das Secretarias lesadas ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

- 17.5.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **15 dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 17.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Procuradoria Geral do Município de Santo Estêvão poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 17.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 17.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 17.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 17.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 17.11. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no órgão Oficial de Imprensa do órgão ou entidade pública.

18. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

- 18.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

- 19.1. São obrigações da Contratante:
- 19.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 19.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 19.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 19.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 19.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;
- 19.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

20.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

20.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

20.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

20.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;

20.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

20.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

20.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

20.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

20.1.8. Implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, em caso de licitação de grande vulto, nos termos do artigo 25, §4º da Lei nº 14.133/2021;

20.1.9. Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

Santo Estêvão – BA, 27 de março de 2024.

Pedro Augusto dos Santos Silva
Agente de Planejamento

Larissa dos Santos Figueiredo
Agente de Planejamento

APROVO o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar os licitantes de todas as informações necessárias à participação do certame, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto e todos os critérios para participação de forma clara e concisa.

GILMAR MOREIRA DE CARVALHO
Secretário Municipal de Administração